



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

03/03/2018 ATÉ 03/03/2018

INDÍCE

1	CEMULHER	
	1.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG CRISTIANA FRANÇA	2
	2.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	3
	2.3 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	4
	2.4 BLOG MÁRIO CARVALHO.....	5
	2.5 SITE IMIRANTE.COM.....	6
	2.6 SITE TV GUARÁ.COM.....	7
3	EXECUÇÕES PENAIS	
	3.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	8
4	JUIZADOS ESPECIAIS	
	4.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	9
5	JUÍZES	
	5.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	10
	5.2 SITE MARANHÃO DE VERDADE.....	11
6	VARA CRIMINAL	
	6.1 BLOG CRISTIANA FRANÇA	12
	6.2 BLOG DO DE SÁ.....	13
	6.3 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	14
	6.4 BLOG DO MINARD.....	15
	6.5 BLOG DO NETO FERREIRA	16
	6.6 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	17
	6.7 BLOG ELIS LACERDA.....	18
	6.8 BLOG GENIVALDO ABREU.....	19
	6.9 BLOG GILBERTO LEDA.....	20
	6.10 BLOG GILBERTO LIMA.....	21
	6.11 BLOG HOLDEM ARRUDA.....	22
	6.12 BLOG JORGE ARAGÃO.....	23
	6.13 BLOG LUÍS PABLO.....	24
	6.14 BLOG MARRAPÁ.....	25
	6.15 BLOG PAULO ROBERTO.....	26
	6.16 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	27
	6.17 SITE JORNAL PEQUENO.....	28
	6.18 SITE TV GUARÁ.COM.....	29
7	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	7.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	30
8	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	8.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	31
	8.2 BLOG NETO CRUZ.....	32
9	VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	
	9.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	33

Após confirmada agressão de Cabo Campos à esposa, parlamentar pode ter mandato cassado

O deputado estadual Cabo Campos, que também é policial militar, como dizem, "terminou de se acabar". Se o parlamentar já não fazia nada enquanto representante do povo maranhense, e não se dando por satisfeito com isso, resolveu agredir sua esposa, de nome Maria José Campos.

O caso aconteceu desde o começo de Fevereiro, mas só veio a tona esta semana. No dia 04 de Fevereiro, Maria José, sua companheira há exatos 26 anos, registrou um boletim de ocorrência na Delegacia Especial da Mulher, onde relatou que, depois de uma discussão, foi atingida com golpes na cabeça e na boca, na presença de dois filhos. O caso foi encaminhado ao Tribunal de Justiça do Maranhão, pois o deputado tem prerrogativa de foro.

A partir de decisão do TJ, assinada pelo desembargador José Luiz Almeida, Cabo Campos está proibido de entrar em casa desde o dia 9 de fevereiro. Também foram expedidas outras medidas protetivas em favor da esposa dele. O parlamentar está proibido de chegar a menos de 200 metros dela e tentar qualquer tipo de comunicação.

A Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa do Maranhão, emitiu nota de esclarecimento e repúdio na qual afirma que, uma vez formalizada a denúncia contra o deputado no Ministério Público do Maranhão, vai pedir a abertura de processo disciplinar na comissão de ética da casa por quebra de decoro parlamentar.

Na nota, a procuradora e deputada Valéria Macedo afirma ainda que a prática de violência doméstica por um parlamentar, constitui quebra de decoro suficiente para ter um mandato cassado. Para ler a nota na íntegra, acesse [aqui](#).

O deputado Cabo Campos, que não aparece na Assembleia já há alguns dias, até agora, não se pronunciou.

Decretada prisão preventiva de Thiago Bardal

A justiça acatou o pedido de prisão preventiva do delegado Thiago Bardal, que há um mês era superintendente de investigações criminais no Maranhão. Após ter sido exonerado do cargo, Bardal teve pedido de prisão preventiva emitido pela Secretaria de Segurança Pública e que teve parecer favorável pelo Ministério Público do Maranhão.

Segundo a SSP, o pedido aconteceu por quebra de confiança e porque Bardal foi encontrado próximo a um local onde oito suspeitos, entre eles, três policiais militares, que foram presos em flagrante por contrabando de cargas e armamento.

Na manhã desta sexta-feira (2) o ex-superintendente de investigações criminais prestou depoimento na Superintendência de Combate a Corrupção (SECCOR), em São Luís. Ele chegou às 9h30, acompanhado de um advogado. Na sala de interrogação estavam presentes sete delegados da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção e um promotor de Justiça. Após sair da SECCOR, Bardal foi encaminhado para o Presídio da Polícia Civil localizado na Cidade Operária.

Em sua defesa, o ex superintendente da SEIC informou que não conhecia nenhuma das pessoas presas na operação e que foi abordado por policiais militares duas horas antes da operação, e a cerca de 5km de distância do local.

APÓS SER OUVIDO, THIAGO BARDAL ACABA SER PRESO

O ex-superintendente Estadual de Investigações Criminais, Thiago Bardal, prestou depoimento na manhã desta sexta-feira (2) na Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), onde foi ouvido por sete delegados e um promotor de Justiça.

A prisão do delegado Bardal foi decretada pelo juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal, especializada em combate ao crime organizado. Ao término do depoimento, o delegado recebeu voz de prisão e foi encaminhado para o presídio da Cidade Operária.

Bardal é acusado de envolvimento com milícia que fazia contrabando de bebidas e cigarro em São Luís.

Fonte: Neto Ferreira

Ex-superintendente da Seic tem prisão preventiva decretada no Maranhão

02/03/2018 00:00:00

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) informou, nesta sexta-feira (2), que a Justiça acatou o pedido de prisão preventiva do delegado Thiago Bardal, que, há um mês, era superintendente de investigações criminais no Maranhão.

Após ter sido exonerado do cargo, Bardal teve pedido de prisão preventiva emitido pela Secretaria de Segurança Pública e que teve parecer favorável pelo Ministério Público do Maranhão. Segundo a SSP-MA, o pedido aconteceu por quebra de confiança e porque Bardal foi encontrado próximo a um local onde oito suspeitos - entre eles, três policiais militares - foram presos, em flagrante, por contrabando de cargas e armamento.

Na manhã desta sexta-feira (2), o ex-superintendente de investigações criminais prestou depoimento na Superintendência de Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís. Ele chegou às 9h30, acompanhado de um advogado. Na sala de interrogatório, estavam presentes sete delegados da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção e um promotor de Justiça.

Após sair da Seccor, Bardal foi encaminhado ao Presídio da Polícia Civil, localizado na Cidade Operária. O advogado que estava com ele no dia da operação policial, Ricardo Jefferson Muniz Belo, foi preso e encaminhado à Penitenciária de Pedrinhas.

No dia 28 de fevereiro, Ricardo havia contado uma versão diferente de Bardal em depoimento à polícia. Em sua defesa, Bardal vinha afirmando que não conhece nenhuma das pessoas presas na operação e que foi abordado por policiais militares duas horas antes da operação e a cerca de 5km de distância do local em questão. Na Seccor, o advogado de Thiago Bardal, Aldenor Rebouças Filho, afirmou que o cliente dele está sendo perseguido.

"Thiago Bardal é um homem injustiçado, perseguido por um delegado político que foi aprovado como delegado que não tem coragem de abandonar o salário de delegado", declarou.

(Informações do Portal G1 Maranhão)

Um coronel e mais 8 PM's presos por envolvimento com contrabando serão ouvidos hoje

Coronel Francalanci é um dos presos

Nove policiais militares supostamente envolvidos na máfia de contrabando de cigarros e bebidas já encontram-se presos no quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão, no Calhau, em São Luís. São eles o coronel da PM Reinaldo Elias Francalanci, atual chefe da Ajudância de Governo, Jonilson Amorim, Patrick Sérgio Morais Martins, Paulo Ricardo Carneiro Nascimento, Gleydson da Silva Alves, Aroud João Padilha Martins, Gaudino Livramento dos Santos, Evandro da Costa Araújo e Franklin Loura Nogueira.

Todos serão ouvidos e prestarão esclarecimentos neste sábado (3) sobre a participação em um grupo de milicianos descoberto no mês passado durante operação integrada da Secretaria de Segurança Pública Estadual. Na ocasião foram presas oito pessoas, entre elas civis e militares, como integrantes de uma organização criminosa que atuava na capital contrabandeando produtos importados do Suriname.

Até o momento, dois galpões foram estourados pela polícia recentemente, um no Quebra Pote e outro no Rio Grande, zona rural de São Luís.

O post [Um coronel e mais 8 PM's presos por envolvimento com contrabando serão ouvidos hoje](#) apareceu primeiro em [Blog do Minard](#).

Gaeco pede prisão de coronel, 8 polícias e empresários no esquema do contrabando

Encabeçada pelos delegados da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), a investigação contra o esquema de contratando atingiu coronel da Polícia Militar.

De acordo com representação do Gaeco, o coronel Reinaldo Elias Francalanci e mais oito militares tiveram pedido de prisão preventiva solicitado.

Antes de decidir, o juiz titular da primeira Vara Criminal, Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, determinou que os acusados manifestem-se no prazo de 5 dias. Após manifestação, o magistrado vai decidir se determina a prisão.

DANOS: Banco Bradesco é condenado a indenizar cliente assaltada e baleada em agência

O Banco Bradesco foi condenado a pagar indenização de R\$ 70 mil, por danos morais e estéticos, e R\$ 53.175,47, por danos materiais, a uma cliente que foi roubada e agredida por assaltantes dentro de uma agência da instituição financeira. A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) votou de forma desfavorável ao recurso do banco e manteve a sentença do Juízo da 2ª Vara da Comarca de Rosário. A decisão cabe recurso.

A cliente ajuizou a ação de primeira instância alegando que, ao chegar à agência bancária, foi surpreendida pela ação dos criminosos, que agiram com agressividade exacerbada. Disse ter sido roubada em R\$ 67 mil e sofrido lesão corporal em razão de ter sido atingida por disparo de arma de fogo.

O banco apelou ao Tribunal, alegando inexistência do dever de indenizar, por entender que não foi provado o dano sofrido, e questionou o valor da indenização por danos morais, que considerou desproporcional.

O desembargador Kleber Carvalho rejeitou a preliminar de ilegitimidade passiva, uma vez que o assalto ocorreu dentro das dependências da instituição financeira, não havendo dúvidas, segundo o relator, da existência de relação jurídica de direito material entre as partes envolvidas.

No mérito, o relator destacou entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça (STJ), segundo o qual as instituições financeiras são objetivamente responsáveis pelos danos decorrentes de assaltos ocorridos no interior de suas agências. Citou precedentes da Corte superior e do TJMA que consideram indubitável que a instituição tem o dever de dar segurança para os consumidores nessas situações.

A desembargadora Angela Salazar e a juíza Alice de Sousa Rocha, convocada para compor quórum, acompanharam o voto do relator, negando provimento ao recurso do banco.

Maranhão já iniciou o processo de implantação do novo Banco de Monitoramento Nacional de Presos

O Maranhão figura entre os estados brasileiros que já estão implantando o novo Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), nova versão do Cadastro Nacional de Presos, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No início do mês de fevereiro deste ano, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu equipe do conselho para treinamento de juízes e servidores no novo programa.

A ferramenta digital foi apresentada nesta quinta-feira (1^o) pela ministra Cármen Lúcia, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ao ministro extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann.

Pelo mapa, será possível ao cidadão acompanhar o estágio de implantação do Cadastro Nacional de Presos, em cada Estado do Brasil. O cadastro reúne as informações da população carcerária e das pessoas procuradas pela Justiça e foragidas dos estados, de forma confiável e em tempo real. O novo BNMP trará a informações de cada pessoa que entra ou sai do sistema penitenciário.

A previsão do CNJ é que o mapa, que já possui dados preliminares, seja concluído no fim de maio, quando se espera que os Tribunais tenham finalizado a inserção de todas as informações. Até o momento, Roraima já concluiu a sua implantação. Os Estados do Maranhão, São Paulo, Bahia, Santa Catarina, Goiás, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Alagoas e Amapá e o Distrito Federal estão na fase de cadastro das informações. Outros 13 Estados ainda não iniciaram o trabalho.

Já foram cadastrados 41.744 presos, sendo 24 mil provisórios, ou seja, que aguardam a sentença. A maior parte deles cumpre pena pelo crime de tráfico de drogas. Esse quantitativo, no entanto, deverá aumentar gradativamente à medida que os Tribunais de todo o Brasil aderirem ao cadastro e passarem pelo treinamento do CNJ.

Para o CNJ, o Cadastro Nacional trará mais segurança para a sociedade e eficiência para o Judiciário, já que todas as informações sobre pessoas procuradas pela Justiça ou presas em Estados diversos estarão, agora, integradas.

JUIZADOS: Tempo de espera excessivo em fila de banco pode gerar dano moral

Independentemente do tempo fixado em Lei Municipal ou Estadual, ou de sua existência, o período de tempo excessivo de espera do cliente para o atendimento em agência bancária pode gerar dano moral, conforme as circunstâncias em que esse excesso de tempo se deu ou, ainda, os constrangimentos que gerou. O entendimento consta do Enunciado N° 10 da Turma de Uniformização de Interpretação das Leis do Sistema de Juizados Especiais do Maranhão, conforme decisão tomada na 7ª Sessão Ordinária, realizada no dia 22 de fevereiro.

A sessão aconteceu no Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), com a presença do presidente da Turma de Uniformização, desembargador Tyrone Silva; do coordenador dos Juizados Especiais do Maranhão, juiz Marcelo Libério; e dos juízes presidentes das Turmas Recursais Regionais Manoel Aureliano Ferreira (São Luís), Delvan Tavares (Imperatriz), Artur Gustavo do Nascimento (Bacabal), Laysa de Jesus Mendes (Chapadinha); Ferdinando Serejo (Presidente Dutra); Anderson Sobral (Caxias) e Pedro Henrique Holanda (Balsas).

Segundo o coordenador dos Juizados Especiais, juiz Marcelo Libério, a discussão objetivou uniformizar o entendimento aplicado nos juizados especiais e turmas recursais do Estado, em relação à concessão de dano moral nos casos de demora no atendimento bancário, em razão do elevado número de demandas desse tipo que chegam aos Juizados e Turmas Recursais. Com o entendimento, os juízes vão analisar as circunstâncias específicas de cada caso, como tempo de espera e situação do cliente, para decidir se será caso de indenização por dano moral. "Por meio dessa orientação, os juízes irão avaliar cada caso individualmente para conceder ou não o dano moral", observa.

REGULAMENTAÇÃO - A Turma de Uniformização foi criada pela Resolução N.º 51/2013 do TJMA, com o objetivo de unificar o entendimento de lei quando houver divergência entre decisões proferidas pelas turmas recursais sobre questões de direito material. A Turma é composta pelos presidentes das oito turmas recursais do Estado (São Luís, Pinheiro, Bacabal, Caxias, Chapadinha, Balsas, Presidente Dutra e Imperatriz), sob a presidência de um desembargador do Tribunal de Justiça, indicado pelo Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais e designado pelo Plenário do TJMA, para mandato de dois anos. As reuniões da Turma Uniformização são convocadas por seu presidente, pelo presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados, ou por iniciativa da maioria absoluta dos presidentes das turmas recursais.

TRÂMITE - O incidente de uniformização se dá por pedido de recurso, por escrito, apresentado por advogado ou procurador judicial à Turma, em até 10 dias da publicação da decisão que gerou a divergência, constando as razões e documentos que comprovem as alegações. O recurso é protocolado na secretaria judicial da Turma Recursal que originou a decisão, e após abertura de prazo para manifestação da parte contrária, encaminhado ao desembargador presidente da Turma de Uniformização.

BARREIRINHAS: Contratação de professores sem concurso público é suspensa

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou no dia 23 de fevereiro, a suspensão imediata da contratação de professores, em caráter provisório, que trabalhariam na Educação Infantil e Ensino Fundamental no Município de Barreirinhas.

Em caso de descumprimento, será aplicada multa diária de R\$ 50 mil, assim como bloqueio de todas as receitas do FPM (Fundo de Participação do Município) e do Fundeb (Fundo de Manutenção da Educação Básica), além de configurar crime de responsabilidade por parte do prefeito Albérico Ferreira Filho.

A Prefeitura de Barreirinhas realizou concurso público para provimento de diversos cargos no âmbito municipal, com homologação do resultado final em 30 de junho de 2016. No ano seguinte, foram convocados todos os professores aprovados dentro do número de vagas, restando aproximadamente 250 classificados no cadastro de reserva.

De acordo com a Promotoria de Justiça, vários candidatos excedentes ajuizaram, em 2017, mandados de segurança requerendo a nomeação, considerando os novos contratos precários em detrimento dos concursados. Em 19 de fevereiro deste ano, o Município de Barreirinhas lançou edital para realizar Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de 215 novos professores.

Justiça decreta prisão preventiva de mais policiais e empresários no Maranhão

A operação que teve início no dia 22 de fevereiro segue, como já havia confirmado o Secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela.

Até agora dez pessoas foram presas, sendo oito delas em flagrante, destes, três policiais militares, um Major, um Sargento e um Soldado da PM.

Nesta sexta (2), mais prisões, um advogado, Ricardo Belo, e um delegado da Polícia Civil, Tiago Bardal, ex-superintendente da Seic.

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com.br/2018/03/presos-bardal-e-advogado-suspeitos-de.html?m=1>

Ainda nesta sexta (2), um outro depósito foi encontrado por policiais militares na Zona Rural de São Luís. Dentro do galpão mais produtos contrabandados, há suspeita que possa pertencer a mesma quadrilha. O espaço estava bem cheio de caixas de cigarros e whisks. Uma arma foi encontrada no local.

Mais prisões já foram solicitadas e concedidas pelo poder judiciário. Entre os suspeitos mais policiais e empresários. Veja abaixo:

FISCALIZAÇÃO: Vara da Infância e Juventude realiza blitz noturna em São Luís

Uma equipe com 11 comissários de justiça da 1ª Vara da Infância e da Juventude de São Luís realizou blitz noturna ao longo da Avenida Guajararas e adjacências, no último final de semana, a operação deve acontecer com mais frequência sempre em avenidas com aglomerações de bares e casas de show. A blitz tem o objetivo de averiguar a ocorrência de prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes.

A ação de fiscalização, que começou por volta das 22h, percorreu os bairros do São Cristóvão, Forquilha, Cohab e áreas vizinhas. Durante a blitz, duas casas noturnas foram notificadas em razão de irregularidades como: falta de advertências sobre a proibição da entrada de menores de 18 anos nesses locais e sobre a proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes. Também foi verificada a documentação de comprovação de idade das mulheres encontradas nos estabelecimentos noturnos vistoriados.

Para o coordenador da Divisão de Proteção Integral (DPI), setor responsável pela fiscalização realizada pela Vara da Infância e da Juventude, Airton Silva, o objetivo dessa atividade é garantir que as normas de proteção sejam respeitadas e esclarecer que a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e o Código Penal garantem proteção contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

As fiscalizações são realizadas periodicamente em diferentes bairros de São Luís, conforme Ordem de Serviço da juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, que responde pela 1ª Vara da Infância e da Juventude. Ocorrem também quando é feita solicitação pelo Ministério Público ou outras instituições e quando há denúncias apresentadas por qualquer cidadão. As denúncias devem ser levadas à Divisão de Proteção Integral, pessoalmente, de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), exceto nos feriados.

ESTACIONAMENTO: Estado deve demarcar vagas para idosos e pessoas com deficiência em São Luís

Uma audiência de conciliação realizada pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís resultou em acordo parcial, onde o Estado do Maranhão comprometeu-se a realizar a demarcação de vagas para idosos e pessoas com deficiência em vias públicas sob a jurisdição estadual dentro de São Luís, especialmente na Avenida Litorânea, Avenida dos Holandeses, Parque Estadual da Lagoa da Jansen, Estádio Castelão e Rodoviária.

A audiência foi presidida pelo juiz titular Douglas Martins, em ação movida pela Defensoria Pública Estadual. O Estado do Maranhão solicitou prazo de 120 dias para apresentação do projeto quanto à demarcação e sinalização de vagas privativas para o estacionamento de idosos e pessoas com deficiência nas vias públicas e em outros locais que venham a ser identificados pela própria administração. O Estado do Maranhão deverá executar o projeto de demarcação e sinalização das vagas durante o ano de 2018.

A Agência Estadual de Mobilidade Urbana, que também participou da audiência como convidada, se comprometeu a dar publicidade, em seu site, em campo próprio e de fácil visualização, quanto aos locais em que as vagas já estão sinalizadas e demarcadas. O acordo fica sob a condição de autorização do Governador do Estado, com prazo para juntada de 60 dias. Dentre outras deliberações, a Justiça determinou a juntada dos documentos trazidos pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que tratam sobre a acessibilidade no Centro Antigo de Salvador e no Sítio Histórico de Olinda, para orientação do projeto sobre a demarcação de vagas no centro histórico da capital. O IPHAN participou da audiência como convidado.

Sobre os outros pedidos formulados na ação da DPE, no que diz respeito ao Município de São Luís (também réu nesta ação), a Justiça designou uma nova sessão de conciliação, marcada para o dia 2 de maio. Para isso, ficam intimados o Subprefeito do Centro Histórico de São Luís, o Secretário Municipal de Trânsito e Transporte, o Presidente da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH) e o Departamento Estadual de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico (DPHAP). O IPHAN se comprometeu a participar da próxima audiência.

MARIA DA PENHA: São Luís realiza 450 audiências em processos de violência contra a mulher

Teve início nesta segunda-feira (26), em São Luís, um esforço concentrado de instrução e julgamento de processos do interesse de mulheres em situação de violência. O mutirão “Semana da Justiça pela Paz em Casa” acontece em todo o Brasil no período de 5 a 9 de março, próxima semana. Em São Luís, o início das audiências foi antecipado para esta semana, prosseguindo na próxima semana também em comarcas do interior do Estado.

Em São Luís, foram designadas 450 audiências referentes a inquéritos e ações penais que tramitam na 1ª Vara de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. As audiências acontecem simultaneamente em seis salas, presididas por seis juízes designados pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) especialmente para o mutirão, do qual defensores públicos e promotores de Justiça também participam.

JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA - A Campanha Justiça pela Paz em Casa foi criada em 2015, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como um esforço concentrado de julgamento de casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, sendo realizado pelos 27 tribunais de justiça.

No Maranhão, a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça (CEMULHER/TJMA), presidida pela desembargadora Ângela Salazar, é responsável pela coordenação do Programa.

Na última edição, ocorrida em todo o país entre os dias 20 e 24 de novembro de 2017, quase 18 mil processos referentes à violência doméstica contra a mulher tiveram andamento. O número representa 2% dos processos em tramitação na justiça brasileira que somam 900 mil causas sobre esse tipo de violência. No período, houve a concessão de 6,4 mil medidas protetivas e o julgamento de 11 mil processos.

Este ano, as semanas acontecem de 5 a 9 de março; de 20 a 24 de agosto; e de 26 a 30 de novembro.

Polícia do Maranhão pede a prisão de um coronel, oito policiais e um empresário envolvidos com o crime organizado

O Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em representação à Justiça, pediu as prisões preventivas de outros supostos envolvidos com a quadrilha de contrabandistas liderada pelo empresário e político Rogério Garcia, ex-vice-prefeito de São Mateus, que está preso preventivamente.

Além do delegado Thiago Bardal e do advogado Ricardo Belo, já presos, os novos supostos envolvidos são Jonilson Amorim, Patrick Sérgio Morais Martins, Paulo Ricardo Carneiro Nascimento, Gleydson da Silva Alves, Reinaldo Elias Francalanci (coronel da PM na foto ao lado), Aroud João Padilha Martins, Gaudino Livramento dos Santos, Evandro da Costa Araújo e Franklin Loura Nogueira.

O coronel Francalanci é atual chefe da Ajudância de Governo. Ele também trabalhou na gestão de Jackson Lago na Casa Militar do Governo.

Da relação de supostos envolvidos, o juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, determinou as prisões preventivas do delegado Thiago Bardal, ex-titular da Seic, e do advogado Ricardo Belo. Os dois foram presos na tarde de sexta-feira (2), após prestarem depoimento na Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor). Thiago Bardal foi levado para a delegacia da Cidade Operária e Ricardo Belo para o Centro de Triagem do Presídio São Luís, em Pedrinhas.

No entanto, antes de decidir sobre os outros supostos envolvidos, o juiz Ronaldo Maciel determinou que os mesmos manifestem-se no prazo de cinco dias. Após manifestação, o magistrado vai decidir se determina a prisão.

Na tarde de sexta-feira (2), A Polícia Militar estourou mais um depósito de mercadorias contrabandeadas, pertencentes à mesma quadrilha, na entrada do Rio Grande, na Zona Rural de São Luís.

(Do blog do Gilberto Lima)

De mocinho a vilão Bardal vira Pardal e é engaiolado junto com seu comparsa

Pedido de prisão preventiva de Thiago Bardal partiu da Secretaria de Segurança Pública, com parecer favorável pelo Ministério Público. Ele é suspeito de participação em uma quadrilha de contrabandistas de armas, cigarros e bebidas. A Secretaria de Segurança Pública (SSP) informou, nesta sexta-feira (2), que a justiça acatou o pedido de prisão preventiva do delegado Thiago Bardal, que há um mês era superintendente de investigações criminais no Maranhão.

Após ter sido exonerado do cargo, Bardal teve pedido de prisão preventiva emitido pela Secretaria de Segurança Pública e que teve parecer favorável pelo Ministério Público do Maranhão. Segundo a SSP, o pedido aconteceu por quebra de confiança e porque Bardal foi encontrado próximo a um local onde oito suspeitos - **entre eles três policiais militares** - foram presos em flagrante por contrabando de cargas e armamento. Na manhã desta sexta-feira (2) o ex-superintendente de investigações criminais prestou depoimento na Superintendência de Combate a Corrupção (SECCOR), em São Luís. Ele chegou às 9h30, acompanhado de um advogado. Na sala de interrogação estavam presentes sete delegados da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção e um promotor de Justiça.

Após sair da SECCOR, Bardal será encaminhado para o Presídio da Polícia Civil localizado na Cidade Operária. **O advogado que estava com ele no dia da operação, Ricardo Jefferson Muniz Belo**, já foi preso e será encaminhado à Penitenciária de Pedrinhas. No dia 28 de fevereiro, **Ricardo havia dado uma versão diferente de Bardal em depoimento à Polícia**. Em sua defesa, **Bardal vinha afirmando que não conhece nenhuma das pessoas presas na operação e que foi abordado por policiais militares duas horas antes da operação e a cerca de 5 km de distância do local em questão**. Na SECCOR, o advogado de Thiago Bardal, Aldenor Rebouças Filho, afirmou que o cliente dele está sendo perseguido.

"Thiago Bardal é um homem injustiçado, perseguido por um delegado político que foi aprovado como delegado que não tem coragem de abandonar o salário de delegado", declarou.

Entenda o caso

Policiais Militares e outras cinco pessoas que não integram a polícia são suspeitas de integrarem um grupo criminoso com atuação na Região Metropolitana de São Luís. Os militares foram presos na manhã do dia 22 de fevereiro no Arraial, no Quebra Pote, zona rural de São Luís. Armas, bebidas alcoólicas e cigarros foram apreendidos também. A operação foi realizada pela Polícia Militar. No caminho para o Quebra Pote, Thiago Bardal

foi encontrado próximo da região suspeita em um carro com Ricardo Jefferson Muniz Belo, que seria o seu advogado. Segundo o secretário de segurança pública, Jefferson Portella, ao ser questionado, o superintendente afirmou que estava vindo de uma festa, mas depois mudou a versão falando que procurava um sítio para compra. O secretário também informou que, após a abordagem ao delegado, policiais seguiram até um porto clandestino, localizado em um sítio da região do Quebra Pote. Por lá eles também encontraram uma patrulha de militares dentro de um carro, que foram abordados e presos. Armas, bebidas alcoólicas e cigarros também foram apreendidas.

Na tarde do dia 22 de fevereiro Thiago Bardal foi exonerado do cargo e depois a SSP pediu a prisão preventiva dele. **Na sexta (23), a delegada Nilmar da Gama assumiu o cargo de superintendente da Superintendência de Investigações Criminais (SEIC).**

No dia 26 de fevereiro, **um sargento, um major e um soldado - que a polícia diz que participavam da quadrilha - tiveram a prisão preventiva decretada,** além de outras cinco pessoas que não integram a polícia. Na último dia 27 de fevereiro, **o advogado Ricardo Jefferson Muniz Belo prestou depoimento à polícia.** Durante seu interrogatório contou uma versão diferente da que foi dita inicialmente por Thiago Bardal. Segundo a Secretaria de Estado de Segurança (SSP-MA), o advogado tem ligação direta com o Rogério de Sousa Garcia, ex-vice-prefeito de São Mateus que é apontado como um dos chefes do esquema criminoso e está preso.

CONTRABANDO! Acusado de integrar quadrilha já foi preso com carro roubado

Um dos acusados de integrar a quadrilha de contrabandistas desbaratada pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate a Corrupção (SECCOR) e pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) já é velho conhecido da polícia do Maranhão.

Franklin Loura Nogueira, que teve a prisão preventiva pedida pelos investigadores nesta semana, foi preso em agosto de 2016, por suspeita de receptação e adulteração de elementos que identificam um carro, como placas, chassi, motor e etiquetas.

Com ele, na ocasião, foram encontrados vários documentos com nomes de pessoas diferentes, e papéis em branco de contas de energia elétrica.

Além de Franklin Loura, a SECCOR e o Gaeco pediram a prisão de mais dez pessoas, dentre elas o delegado Thiago Bardal e o advogado Ricardo Belo, já presos ([reveja](#)).

A esses oito, junto com Loura, o juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, concedeu prazo para manifestação antes de decidir sobre os pedidos.

The post [CONTRABANDO! Acusado de integrar quadrilha já foi preso com carro roubado](#) appeared first on [Gilberto Léda](#).

Gaeco pede prisão de coronel, oito polícias e empresários por suposto envolvimento com quadrilha de contrabandistas

O Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em representação à Justiça, pediu as prisões preventivas de outros supostos envolvidos com a quadrilha de contrabandistas liderada pelo empresário e político Rogério Garcia, ex-vice-prefeito de São Mateus, que está preso preventivamente.

Além do delegado Thiago Bardal e do advogado Ricardo Belo, já presos, os novos supostos envolvidos são Jonilson Amorim, Patrick Sérgio Moraes Martins, Paulo Ricardo Carneiro Nascimento, Gleydson da Silva Alves, Reinaldo Elias Francalanci (coronel da PM), Aroud João Padilha Martins, Gaudino Livramento dos Santos, Evandro da Costa Araújo e Franklin Loura Nogueira.

O coronel Francalanci é atual chefe da Ajudância de Governo. Ele também trabalhou na gestão de Jackson Lago na Casa Militar do Governo.

Da relação de supostos envolvidos, o juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, determinou as prisões preventivas do delegado Thiago Bardal, ex-titular da Seic, e do advogado Ricardo Belo. Os dois foram presos na tarde de sexta-feira (2), após prestarem depoimento na Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor). Thiago Bardal foi levado para a delegacia da Cidade Operária e Ricardo Belo para o Centro de Triagem do Presídio São Luís, em Pedrinhas.

No entanto, antes de decidir sobre os outros supostos envolvidos, o juiz Ronaldo Maciel determinou que os mesmos manifestem-se no prazo de cinco dias. Após manifestação, o magistrado vai decidir se determina a prisão.

Na tarde de sexta-feira (2), A Polícia Militar estourou mais um depósito de mercadorias contrabandeadas, pertencentes à mesma quadrilha, na entrada do Rio Grande, na Zona Rural de São Luís.

Justiça mantém Lei de Pavão Filho que garante 30 minutos gratuito em estacionamento privado

O Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão plenária realizada na quinta-feira, 1, manteve a eficácia da Lei Municipal nº 6.113/2016, de autoria do vereador Pavão Filho (PDT), que garante 30 minutos de gratuidade nos estacionamentos privados do município de São Luís.

A Lei, que isenta o usuário da cobrança de taxas, nos primeiros 30 minutos que se mantiver nos estacionamentos privados, a exemplo dos shoppings, hospitais, lojas, rodoviária, aeroporto e demais estacionamentos no município de São Luís, vinha sendo questionada pela Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE).

Na sessão desta quinta-feira finalmente saiu a decisão, com o julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pela ABRASCE contra a Câmara Municipal de São Luís, requerendo a impugnação da Lei Municipal nº 6.113/2016, aprovada 'por unanimidade da Câmara Municipal.

Conforme a decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão, em caso de descumprimento da Lei, qualquer pessoa poderá acionar a Secretaria Municipal de Fazenda de São Luís para tomar as devidas providências. O estabelecimento infrator, que descumprir, poderá receber multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Segundo o entendimento do relator da matéria, desembargador Fróz Sobrinho, ao contrário do que alegava a ABRASCE, a questão relativa ao tempo de gratuidade nos estacionamentos privados de shoppings constitui matéria do Direito do Consumidor e tem competência tanto da União, como dos Estados e também residualmente dos Municípios, pois se trata de matérias de interesse local, conforme o artigo 30, inciso I da Constituição Federal. Ele também destaca o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), que em seu artigo 2º estabelece diretrizes gerais para o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades.

Além disso, Fróz Sobrinho ressaltou que o Código de Defesa do Consumidor disciplina acerca da capacidade legislativa concorrente na defesa dos interesses consumeristas, conforme o artigo 55, parágrafo 1º. Ele diz que "dessa forma, a matéria debatida na presente ADIN é de interesse local da municipalidade, não violando portanto, o direito à propriedade, mas sim, diz respeito às relações entre pessoas que se dirigem aos shopping centers com a intenção de efetuar compras, e aos proprietários das respectivas lojas, restando evidente a relação consumerista".

The post [Justiça mantém Lei de Pavão Filho que garante 30 minutos gratuito em estacionamento privado](#) appeared first on [Blog do Gláucio Ericeira](#).

Justiça decreta prisão do delegado Thiago Bardal e advogado

Os dois (Thiago Bardal e o advogado Ricardo Muniz) estavam num veículo próximo de uma abordagem a um depósito de contrabandos e não souberam justificar o que faziam no local.

A Justiça decretou a prisão do ex-superintendente da SEIC, Thiago Bardal e do advogado Ricardo Jefferson Muniz, suspeitos de integrarem organização criminosa de contrabando.

O decreto foi assinado pelo Juíz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal, especializada em combate ao crime organizado. Bardal e Ricardo agora serão encaminhados ao presídio.

o depoimento começou no início da tarde desta sexta-feira (2) e logo após ser ouvido, Bardal ouviu a voz de prisão preventiva em cumprimento ao mandado.

O secretário de segurança Jefferson Portela disse em entrevista ao imirante, que a Polícia Civil vai continuar a investigar o envolvimento de qualquer servidor ou alguém da iniciativa privada nessa organização criminosa.

No dia da operação que culminou com o achado do local onde estavam escondidos o contrabando, ocorrido num bairro da zona rural de São Luis, e na mesma operação a PM abordou o delegado Thiago Bardal que estava transitando na área em um veículo.

Milícia: decretada a prisão de mais sete policiais militares

No mesmo em dia em que pediu a Justiça atendeu ao pedido de prisão do delegado Thiago Bardal e do advogado Ricardo Belo, mais sete policiais militares tiveram a prisão preventiva decretada.

Com a prisão desses sete novos militares, já chega a onze o número de policiais – um civil e dez militares – supostamente envolvidos com essa quadrilha de contrabandista. Todos os militares envolvidos pertencem ao 21º Batalhão da PM. – Jonilson Amorim – Sargento; Patrick Moraes Martins – Soldado; Paulo Carneiro Nascimento – Soldado; Gleydson da Silva Alves – Soldado; Reinaldo Francalanci – Coronel; Aroud João Padilha Martins – Tenente e Gaudino dos Santos – Soldado.

Além dos militares, a Justiça decretou a prisão de dois empresários – Evandro da Costa Araújo e Franklin Loura Nogueira – que podem ter envolvimento com a quadrilha. Todas as prisões foram concedidas pelo juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís.

As investigações prosseguem e o próximo passo, pelo menos é o que a população espera, é que seja descoberto os nomes do “secretário” e dois deputados que foram citados em áudio pelo ex-vice prefeito de São Mateus, Rogério Garcia, que está preso.

É aguardar e conferir.

Bomba! Pedida a prisão do coronel Francalanci por contrabando

O coronel Reinaldo Elias Francalanci, ex-membro do gabinete militar no governo Roseana Sarney, teve sua prisão pedida pela polícia.

Francalanci está arrolado no mesmo caso do delegado Thiago Bardal e do advogado Ricardo Belo, que foram presos hoje.

Todos são acusados de envolvimento com uma quadrilha especializada em contrabando de armas, bebidas alcoólicas e cigarros.

Outro caso

Em 2017, o coronel foi investigado por suspeita de envolvimento com uma quadrilha especializada em roubo de veículos de luxo, em São Luís.

Na época, o colete de uso exclusivo da Polícia Militar do Maranhão, pertencente ao coronel foi apreendido com um dos suspeitos.

Em depoimento na Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), Francalanci alegou ter feito a troca de um veículo com Fábio Aurélio do Lago e Silva, o “Bucheça”, acusado de participação com a quadrilha e também pela participação no assassinato do blogueiro Décio Sá.

Durante o interrogatório, o coronel também alegou que não sabia do envolvimento do suspeito com a quadrilha e que simplesmente esqueceu o colete, artigo essencial para uso de policiais de todas as patentes, no carro “trocado” com o bandido.

Gaeco pede prisão de novos envolvidos com quadrilha de contrabandistas

As ações da Secretaria de segurança Pública do Maranhão para desbaratar a maior quadrilha de contrabandistas dos últimos 20 anos continuam.

Na tarde dessa sexta-feira (02/03), A Polícia Militar estourou outro depósito de mercadorias contrabandeadas, pertencentes à mesma quadrilha, na entrada do Rio Grande, na Zona Rural da capital.

O Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em representação à Justiça, pediu as prisões preventivas de outros supostos envolvidos com a quadrilha de contrabandistas liderada por Rogério Garcia, ex-vice-prefeito de São Mateus, que se encontra preso preventivamente.

As figuras são essas: Jonilson Amorim, Patrick Sérgio Moraes Martins, Paulo Ricardo Carneiro Nascimento, Gleydson da Silva Alves, Reinaldo Elias Francalanci (coronel da PM), Aroud João Padilha Martins, Gaudino Livramento dos Santos, Evandro da Costa Araújo e Franklin Loura Nogueira.

Vale lembrar que o juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, determinou as prisões preventivas do delegado Thiago Bardal, ex-titular da Seic, e do advogado Ricardo Belo.

Thiago Bardal foi levado para a delegacia da Cidade Operária e Ricardo Belo para o Centro de Triagem do Presídio São Luís, em Pedrinhas.

O juiz Ronaldo Maciel também determinou que os novos envolvidos manifestem-se no prazo de cinco dias. Após manifestação, o magistrado decidirá pela prisão ou não.

Confira a relação completa:

Leia [Gaeco pede prisão de novos envolvidos com quadrilha de contrabandistas](#) na íntegra no [Marrapá](#).

É cada vez mais complicada a situação do deputado estadual Roberto Campos Filho, o "Cabo Campos" (PP), que está impedido de frequentar a residência e local de trabalho de sua esposa, Maria José Brandão Marques Campos, agredida com pancada na cabeça no último dia 4 de fevereiro, por um período inicial de 60 dias. A decisão é do desembargador José Luiz Oliveira de Almeida.

Segundo documento do Tribunal de Justiça do Maranhão pesa contra o parlamentar, o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a esposa; proibição de aproximação cujo limite mínimo é de 200 metros; proibição de manter contato com ela por qualquer meio de comunicação. Se houver descumprimento, pode ser decretada prisão preventiva.

Conforme boletim de ocorrência, a esposa do deputado declarou à polícia que se encontrava deitada, com fone no ouvido, quando foi surpreendida com pancadas na cabeça e no rosto. Teve lesão nos lábios inferiores e ficou com dores na cabeça.

Além de agressões verbais como piranha, cachorra e vagabunda.

Vixe!

"Desde 2015, estamos nessa luta com a população de Ribamar e Paço do Lumiar", destaca deputado Wellington sobre decisão que anula contrato com a ODEBRECHT/BRK

Dutra usou a audiência de WC em Paço como palanque político

Desde 2015, o deputado estadual progressista Wellington do Curso tem lutado contra o contrato da ODEBRECHT/BRK e contra os aumentos exorbitantes na tarifa e péssima prestação nos serviços da empresa nos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Inicialmente, no dia 15 de setembro de 2015, Wellington realizou audiência pública para tratar sobre a questão em Paço do Lumiar; já no dia 23 de setembro do mesmo ano, o parlamentar realizou audiência solicitando a anulação do contrato com a Odebrecht em São José de Ribamar. Além disso, Wellington também participou de audiências judiciais na Vara de Direitos Difusos e Coletivos, a exemplo da que ocorreu no dia 21 de maio de 2017.

Em decorrência de todas as ações contrárias à Odebrecht, o deputado Wellington destacou a ação judicial em que declara nulos os contratos firmados em São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

"Atendendo às inúmeras reivindicações, desde 2015, estamos nessa luta com a população de Ribamar e Paço do Lumiar. Realizamos duas audiências públicas com o objetivo de ouvir a população e, então, apresentar ações que atenuem a maldade e o desrespeito com a população de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, caracterizada no aumento exorbitante nas tarifas e na prestação de serviços da Odebrecht. Ouvimos a população dos dois municípios.. Por isso, sabemos da relevância social dessa decisão em que os contratos tornam-se nulos. A luta é antiga e ficamos contentes por saber que temos, agora, uma decisão favorável ao povo do Maranhão", afirmou o deputado Wellington.

A sentença foi proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha, que engloba os municípios de São Luís, Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, e declarou a nulidade de todos os contratos para prestação de serviços ou concessão de serviços de saneamento firmados pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico (Cisab), formado pelas Prefeituras de Paço do Lumiar e São José de Ribamar, com a Odebrecht Ambiental Maranhão, que foi sucedida pelo BRK Ambiental Maranhão.

O post ["Desde 2015, estamos nessa luta com a população de Ribamar e Paço do Lumiar", destaca deputado Wellington sobre decisão que anula contrato com a ODEBRECHT/BRK](#) apareceu primeiro em [Neto Cruz](#).

Justiça decreta prisão preventiva do delegado Tiago Baral

A Justiça do Maranhão autorizou a prisão preventiva do ex-superintendente da Delegacia de investigações criminais no Maranhão (SEIC), delegado Thiago Bardal.

O juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal, especializada em combate ao crime organizado decretou que o delegado deverá ser encaminhado ao presídio da Cidade Operária assim que terminar seu depoimento na Seccor.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, o pedido da prisão aconteceu por quebra de confiança e porque Bardal foi encontrado próximo a um local onde oito suspeitos foram presos em flagrante por contrabando de cargas e armamento.

Ex-prefeito é condenado por contratações sem licitação

O ex-prefeito foi condenado, em 1º Grau, a ressarcir os danos, no valor de R\$ 414.897,31.

TRIZIDELA DO VALE - Os argumentos apresentados pelo ex-prefeito do município de Trizidela do Vale, Jânio de Sousa Freitas, para tentar provar que não merecia ser condenado por ato de improbidade administrativa, foram considerados insuficientes pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), ao julgar recurso de apelação do ex-gestor.

De acordo com o órgão colegiado do Tribunal, o conjunto de provas reunido nos autos consegue demonstrar, com a segurança e certeza necessárias e exigíveis, o elemento subjetivo nas contratações diretas realizadas pelo então prefeito, bem como a lesão ao erário.

Segundo o Ministério Público estadual, autor da ação original, o então gestor teve sua prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS), referente ao exercício financeiro de 2007, julgada irregular pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA).

Entre as irregularidades apontadas, havia também fracionamento de despesas para aquisição de material de consumo, aquisição de medicamentos e combustível. O ex-prefeito foi condenado, em 1º Grau, a ressarcir os danos, no valor de R\$ 414.897,31; a pagar multa civil equivalente ao valor do dano; teve os direitos políticos suspensos por oito anos; e foi proibido de contratar com o Poder Público por cinco anos.

Recurso

Inconformado, o ex-prefeito apelou ao TJ-MA, alegando que, para que fosse imputada a prática de ato de improbidade administrativa, seria necessária a comprovação de que o agente público agiu com dolo, má-fé, assim como prejuízo ao erário. Considerou que assinou as notas de empenho e recibos, pressupondo regularidade quanto aos procedimentos licitatórios.

Segundo o voto da relatora, desembargadora Angela Salazar, a prova documental aponta para reiterada contratação, sem prévia licitação, pela administração municipal, durante todo o exercício de 2007, em clara afronta aos preceitos constitucionais e legais.

Quanto à alegação do ex-prefeito, de que não tinha conhecimento da ilegalidade, pois teria sido mal orientado por seus assessores, a relatora considerou os argumentos insuficientes para descaracterizar o ato de improbidade, porque, enquanto prefeito, tinha o dever legal de fiscalizar a licitude dos processos que precedem a formalização contratual ou a dispensa dos mesmos.

Angela Salazar citou entendimentos semelhantes em outras decisões do Tribunal e manteve as penalidades aplicadas em primeira instância, consideradas proporcionais e devidamente fundamentadas.

O desembargador Kleber Carvalho e a juíza Alice de Sousa Rocha, convocada para compor quórum, também negaram provimento ao recurso do ex-prefeito.

Semana da Justiça pela Paz em Casa começa segunda,5

Evento se estenderá até sexta-feira, 9, em todo o país prioriza o andamento dos processos de violência contra a mulher; no Maranhão, atividades são coordenadas pela Cemulher, do Tribunal de Justiça

SÃO LUÍS - A partir de segunda-feira ,5, até a sexta-feira,9, será realizada em todo o país a 10ª edição da Semana da Justiça pela Paz em Casa, que prioriza a realização de audiências e julgamentos de processos relativos aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. A iniciativa é coordenada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia Rocha.

No Maranhão, os trabalhos da Semana são organizados pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (Cemulher/TJMA), que tem como presidente a desembargadora Angela Salazar. Visando dar ainda mais visibilidade à temática social e celeridade ao andamento dos processos, a Justiça maranhense resolveu iniciar as atividades relacionadas à campanha uma semana antes, numa espécie de esforço concentrado em São Luís.

Na programação, destaca-se a realização de audiências em comarcas de todo o Maranhão, sendo 575 audiências de instrução agendadas e 89 na fase preliminar. Desse total, 450 estão na pauta de julgamentos da 1ª Vara da Mulher do Termo Judiciário de São Luís - Comarca da Ilha. Lá, as audiências acontecem simultaneamente em seis salas, presididas por seis juízes designados pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), especialmente para o mutirão.

Além das audiências, também estão programadas palestras em centros comunitários, escolas estaduais e particulares, Corpo de Bombeiros, comunidades cristãs e rodas de debate, com distribuição de material informativo sobre violência doméstica e familiar contra a mulher e a Lei Maria da Penha, sob o comando da equipe da Cemulher.

Campanha

A Campanha Justiça pela Paz em Casa foi criada em 2015, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como um esforço concentrado de julgamento de casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, sendo realizado pelos 27 tribunais de Justiça estadual do Brasil.

Na última edição, realizada entre os dias 20 e 24 de novembro de 2017, quase 18 mil processos referentes à violência doméstica contra a mulher tiveram andamento. No referido período, foram concedidas 6,4 mil medidas protetivas e julgados 11 mil processos. Este ano, as edições da Semana da Justiça pela Paz em Casa acontecem de 5 a 9 de março; 20 a 24 de agosto; e de 26 a 30 de novembro.

Bardal é preso e investigação sobre o contrabando continua

Thiago Bardal e o advogado que o acompanhava no Quebra-Pote no dia da operação que desarticulou um bando de contrabandista, saíram nesta sexta-feira presos da Seccor por suspeita de envolvimento com os quadrilheiros

Delegado Thiago Bardal quando chegava para depor na Seccor (Foto: Paulo Soares)

SÃO LUÍS - O ex-superintendente Estadual de Investigações Criminais, delegado Thiago Bardal, e o advogado Ricardo Jefferson Muniz Belo, saíram na tarde desta sexta-feira, 2, presos por determinação judicial do prédio da Superintendência Estadual de Combate a Corrupção (Seccor), no bairro São Francisco. Segundo a cúpula da Secretaria de Segurança Pública (SSP), Bardal, em companhia de Ricardo Belo, estaria envolvido em uma organização criminosa especializada em contrabando procedente do Suriname, composta por políticos, policiais, entre outras pessoas. Na madrugada do dia 22 de fevereiro, uma parte do bando foi presa em um sítio, localizado no povoado Arraial, no Quebra-Pote, zona rural de São Luís.

Ricardo Jefferson também foi preso ontem (Foto: Biné Morais)

A movimentação foi intensa durante todo o dia desta sexta-feira na sede da Seccor, principalmente de policiais, advogados e profissionais da imprensa. No início da tarde, o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, trouxe em mãos a ordem de prisão preventiva em desfavor de Bardal e do advogado Ricardo Belo, que havia sido decretada pelo juiz titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, Ronaldo Maciel.

Jefferson Portela informou que o pedido de prisão havia sido feito pela polícia desde o dia 23 de fevereiro, mas somente no fim da manhã desta sexta-feira foi aprovado pelo Poder Judiciário. Ainda na sexta-feira o inquérito policial seria encaminhado ao Poder Judiciário. "O juiz antes de conceder a ordem de prisão pediu vista ao Ministério Público. Os dois acusados estão presos. Bardal vai seguir para a prisão destinada a policiais civis, na Delegacia da Cidade Operária, enquanto, o advogado vai ser levado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas", explicou o secretário de Segurança Pública.

Ele também disse que no dia da prisão dos integrantes do bando envolvido com o contrabando, no Quebra Pote, Thiago Bardal, em companhia do advogado Ricardo Jefferson Muniz Belo, foi abordado por uma guarnição da Polícia Militar nessa localidade. Para a polícia, Thiago Bardal apresentou quatro versões sobre a sua permanência na área. Em uma delas, ele disse que estaria vindo de uma festa. Em seguida afirmou que estava procurando um sítio para comprar; e que teria ido assistir a um jogo de futebol e, por último, que estava a trabalho.

O advogado de defesa de Bardal, Aldenor Rebouças Filho, declarou que o seu cliente está sendo injustiçado e vai tomar as devidas providências, assim que tomar conhecimento no Fórum Desembargador Sarney Costa, do teor da prisão. "Bardal é um homem injustiçado e perseguido por um delegado político que foi aprovado como delegado que não tem coragem de abandonar o salário de delegado", afirmou Aldenor Rebouças Filho.

Prisões

Bardal foi preso na sala do 2º Departamento da Seccor onde estava sendo ouvido pela equipe de delegados,

coordenados por Roberto Fortes, em companhia de um promotor de Justiça. O ex-superintendente da Seic chegou às 9h desta sexta-feira, acompanhado do advogado Aldenor Rebouças Filho à Seccor para prestar esclarecimento sobre esse caso.

O advogado Ricardo Belo também recebeu voz de prisão na sede da Seccor. Ele chegou à superintendência por volta das 14h30 em um veículo particular. Ele estava sendo monitorado pelo superintendente da Polícia Civil da Capital (SSP), delegado Armando Pacheco. O advogado não quis falar com a imprensa e disse que não tinha nada a declarar.

Áudio

Jefferson Portela também declarou que a Seccor está investigando um áudio exposto nesta sexta-feira, 2, pela mídia em que um dos presos do grupo criminoso, ex-vice prefeito de São Mateus Rogério Sousa Garcia, declina a participação nesse esquema criminoso de dois deputados, um coronel e até mesmo um secretário estadual deste governo.

Nesse áudio, Rogério Garcia conversa com um interlocutor, não identificado. Durante a conversa, ele pede ao amigo que tenha mais um pouco de paciência para “comer este veneno. Veneno grande”. Ele estaria utilizando da sua influência política a nível do Governo para contornar a situação e provavelmente seria resolvida até o mês de abril e que já teria conversado com “o secretário” e com mais dois “deputados”.

Rogério Garcia também mencionou o nome de um coronel da Polícia Militar, que estaria ajudando a resolver essa problemática. Ele chegou a reclamar do trabalho que está sendo realizado pelo tenente-coronel Harlan, na área do Quebra-Pote, pois estaria deixando o bando sem proteção.

O tenente-coronel Harlan declarou na tarde de sexta-feira, em entrevista à Rádio Mirante, que a corporação militar não coaduna com militares criminosos e tem a determinação da cúpula da SSP para combater de firme a criminalidade na Ilha.

Entenda o caso

No dia 21 do mês passado, a polícia foi informada de que chegaria uma grande quantidade de contrabando a São Luís procedente do Suriname. O produto chegaria pelo mar e o barco atracaria em um porto clandestino, no povoado Arraial, no Quebra Pote. Foram montadas várias barreiras na localidade e a polícia acabou encontrando o sítio que servia de base para a organização.

No local foram presos Rogério Sousa Garcia, o ex-subcomandante do 21º Batalhão da Polícia Militar, major Luciano Fábio; o sargento Joaquim Pereira de Carvalho Filho, soldado Fernando Paiva Moraes Júnior; José Carlos Gonçalves; Éder Carvalho Pereira; Edmilson Silva Macedo e Rodrigo Santana Mendes. Inclusive, no último dia 26, o juiz Ronaldo Maciel converteu a prisão em flagrante em preventiva desses envolvidos nessa organização criminosa.

Nessa incursão policial, no Quebra Pote, foram apreendidos armamento, munição, dinheiro, veículos, colete balístico, uma grande quantidade de cigarro e uísque, que segundo a polícia, avaliados em torno de R\$ 2 milhões. O material seria distribuído na Região Metropolitana de São Luís e cidades do interior do estado. O secretário de Segurança Pública (SSP), Jefferson Portela, informou, ainda, que nestes últimos 10 dias, pelo menos 10 cargas contrabandeadas chegaram à capital maranhense.

Saiba Mais

Policiais militares, ainda na tarde desta sexta-feira, encontraram mais um galpão, no Rio Grande, na qual havia uma grande quantidade de cigarros e uísque, que pertence a essa organização criminosa.

Frase

“Bardal é um homem injustiçado e perseguido por um delegado político que foi nomeado secretário e que não tem coragem de abandonar o salário de delegado”.

Réus são condenados por assassinato de empresários

A sustentação foi feita pelo promotor de justiça Francisco Milhomem e pelo assistente de acusação, o advogado Ivaldo Ricci Jr.

O Tribunal do Júri da comarca de Rosário, acolhendo denúncia do Ministério Público do Maranhão, condenou, em 28 de fevereiro, José Rodrigo da Silva Viana e Raianderson Silva Cunha às penas de 54 anos e a 39 anos e dez meses, respectivamente, pelo assassinato dos empresários Adriano Fernando dos Santos Correia e Reginaldo Sousa Carvalho.

Segundo a denúncia, os condenados se associaram com Jonh Alef (falecido) e Paulo Gatto (foragido) para praticar os crimes. Eles assaltaram o Posto Total, no povoado Periz de Baixo, em Bacabeira, cujo proprietário era Reginaldo Carvalho e o mataram. Em seguida, o grupo foi para Rosário onde o empresário Adriano Correia, que era proprietário de uma loja de peças, foi assassinado.

Após dez horas de julgamento, o conselho de sentença acolheu integralmente a tese de acusação sustentada pelo Ministério Público: associação criminosa, latrocínio e homicídio qualificado por motivo fútil. A sustentação foi feita pelo promotor de justiça Francisco Milhomem e pelo assistente de acusação, o advogado Ivaldo Ricci Jr.

Justiça nega liminar do CFM contra consultórios de Enfermagem

Foi negado pelo juiz Eduardo Rocha Penteado, da 7ª Vara Cível da SJDF, o pedido de liminar em ação movida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) contra a Resolução Cofen 0568/2018, que regulamenta o funcionamento dos consultórios e clínicas de Enfermagem. A sentença destaca que a consulta de Enfermagem tem respaldo legal, sendo prevista no Decreto 94.406/1987.

"Essa mais uma vitória da Enfermagem maranhense e brasileira, fato que garante autonomia e respeito para toda a classe", destaca o presidente do Coren-MA, Patrick Gomes. "A norma estabelece marcos importantes para assegurar a qualidade do serviço de enfermagem prestado e dirimir dúvidas que possam afetar a segurança jurídica dos profissionais", avalia o presidente do Cofen, Manoel Neri.

Realizar consulta de enfermagem é um direito do profissional enfermeiro, assegurado pela Lei 7.498/86, art. 11, inciso I, alínea "i", pelo Decreto 94.406/87, art. 8º, inciso I, alínea "e", pelo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e normatizada pela Resolução Cofen nº 358/2009.

1ª Câmara Cível do TJMA mantém condenação do ex-prefeito de Trizidela do Vale

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgou improcedente o recurso de apelação do ex-prefeito do município de Trizidela do Vale, Jânio de Sousa Freitas. Com isto, está mantida a condenação em primeira instância.

O ex-prefeito foi acionado pelo Ministério Público estadual porque teve sua prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS), referente ao exercício financeiro de 2007, julgada irregular pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA).

Entre as irregularidades apontadas, havia também fracionamento de despesas para aquisição de material de consumo, aquisição de medicamentos e combustível. O ex-prefeito foi condenado, em 1º Grau, a ressarcir os danos, no valor de R\$ 414.897,31; a pagar multa civil equivalente ao valor do dano; teve os direitos políticos suspensos por oito anos; e foi proibido de contratar com o Poder Público por cinco anos.

Recurso

O ex-prefeito apelou ao TJMA, alegando que, para que fosse imputada a prática de ato de improbidade administrativa, seria necessária a comprovação de que o agente público agiu com dolo e com prejuízo ao erário. Considerou que assinou as notas de empenho e recibos, pressupondo regularidade quanto aos procedimentos licitatórios.

Segundo o voto da relatora, desembargadora Angela Salazar, a prova documental aponta para reiterada contratação, sem prévia licitação, pela administração municipal, durante todo o exercício de 2007, em clara afronta aos preceitos constitucionais e legais.

Quanto à alegação do ex-prefeito, de que não tinha conhecimento da ilegalidade, pois teria sido mal orientado por seus assessores, a relatora considerou os argumentos insuficientes para descaracterizar o ato de improbidade, porque, enquanto prefeito, tinha o dever legal de fiscalizar a licitude dos processos que precedem a formalização contratual ou a dispensa dos mesmos.

Angela Salazar citou entendimentos semelhantes em outras decisões do Tribunal e manteve as penalidades aplicadas em primeira instância, consideradas proporcionais e devidamente fundamentadas.

O desembargador Kleber Carvalho e a juíza Alice de Sousa Rocha, convocada para compor quórum, também negaram provimento ao recurso do ex-prefeito.

Pedida a prisão de mais envolvidos em esquema de contrabando, um deles é coronel da PMMA

Pedida a prisão de mais envolvidos em esquema de contrabando, um deles é coronel da PMMA

O Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), pediu em representação à Justiça, as prisões preventivas de outros supostos envolvidos com a quadrilha de contrabando de cargas e armamento.

A quadrilha, de acordo com as investigações, era liderada pelo empresário e político Rogério Garcia, ex-vice-prefeito de São Mateus, que está preso preventivamente.

Além do delegado Thiago Bardal e do advogado Ricardo Belo, já presos, os novos supostos envolvidos são Jonilson Amorim, Patrick Sérgio Morais Martins, Paulo Ricardo Carneiro Nascimento, Gleydson da Silva Alves, Reinaldo Elias Francalanci (coronel da PM), Aroud João Padilha Martins, Gaudino Livramento dos Santos, Evandro da Costa Araújo e Franklin Loura Nogueira.

O coronel Francalanci é atual chefe da Ajudância de Governo do Estado do Maranhão. Ele também trabalhou na gestão de Jackson Lago na Casa Militar do Governo.

Da relação de supostos envolvidos, o juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal de São Luís, determinou as prisões preventivas penas do delegado Thiago Bardal, ex-titular da Seic, e do advogado Ricardo Belo. Os dois foram presos na tarde de sexta-feira (2).

Thiago Bardal foi levado para a delegacia da Cidade Operária e Ricardo Belo para o Centro de Triagem do Presídio São Luís, em Pedrinhas.

Antes de decidir sobre prisão ou não dos outros supostos envolvidos, o juiz Ronaldo Maciel determinou que os mesmos manifestem-se no prazo de cinco dias, através de seus advogados.

Na tarde de sexta-feira (2), a polícia estourou mais um depósito de mercadorias contrabandeadas na entrada do Rio Grande, na Zona Rural de São Luís, tudo indica que seja da mesma quadrilha.